

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Mar,

Deputado Pedro do Carmo

Assembleia da República, 6 de julho de 2021

Assunto: *Audição de um conjunto de organizações não-governamentais de ambiente (ONGA), a propósito do processo relativo ao Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para Portugal.*

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tomou conhecimento do «Documento de Posição sobre o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para Portugal», subscrito por 14 organizações não-governamentais de ambiente (ONGA) de âmbito nacional, no qual se alega que o processo do PEPAC português “*não tem permitido um envolvimento adequado das ONGA (nem de outros interlocutores como por exemplo da área da saúde, dos direitos dos consumidores, e dos direitos humanos)*”. Neste documento, as organizações signatárias consideram o processo do PEPAC “*pouco transparente e pouco inclusivo*”.

Para justificar a sua posição, as ONGA entendem que os seus contributos não foram tidos em consideração pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) na primeira fase de consulta pública, decorrido entre novembro de 2020 e janeiro de 2021. Após esta fase, manteve-se a falta de envolvimento das ONGA pelo GPP e Ministério da Agricultura, segundo as organizações signatárias do documento. As ONGA alegam que “*não obstante repetidas tentativas de contacto e de obtenção de informação por parte das ONGA (de Janeiro a Maio de 2021), não houve qualquer resposta aos pedidos efetuados, nem*

se realizou qualquer reunião que juntasse entidades de diferentes sectores e permitisse uma discussão séria, abrangente e esclarecedora do PEPAC para Portugal.” Referem também não ter sido contactadas ou consultadas no que respeita às avaliações *ex-ante* ou ambiental estratégica.

O desenvolvimento do PEPAC constitui uma oportunidade para o país melhorar a sua política agrícola. A agricultura nacional precisa de instrumentos adequados para responder aos desafios inerentes a uma produção agrícola acessível e adequada para todas as pessoas, contribuindo para a resiliência do território e garantindo direitos e rendimentos justos aos trabalhadores e trabalhadoras do setor, enquanto preserva a biodiversidade e o clima. Para que tal aconteça, o desenvolvimento do PEPAC deve ser aberto, plural e participado.

No sentido de esta Comissão e a Assembleia da República conhecerem, em detalhe, a posição de um conjunto de ONGA sobre o processo relativo ao PEPAC, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem, por este meio, **requerer a audição das ONGA signatárias do «Documento de Posição sobre o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para Portugal»:**

- A Rocha – Associação Cristã de Estudos e Defesa do Ambiente;
- ALDEIA – Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente;
- Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve;
- ANP|WWF – Associação Natureza Portugal, em associação com a WWF;
- ATNatureza – Associação Transumância e Natureza;
- FAPAS – Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade;
- GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente;
- LPN – Liga para a Protecção da Natureza;
- Palombar – Conservação da Natureza e do Património Rural;
- QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza;
- SPBotânica – Sociedade Portuguesa de Botânica;
- SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves;
- SPECO – Sociedade Portuguesa de Ecologia;
- ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável.

O deputado e as deputadas,

Ricardo Vicente,

Fabíola Cardoso,

Maria Manuel Rola